



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO N°. 002/2023-SEMED/PMC

CONCORRÊNCIA N°. 001/2023-SEMED/PMC

OBJETO: Contratação de empresa para as REFORMAS E AMPLIAÇÕES DE 10 (DEZ) escolas municipais de educação infantil, no município de Curuçá, Estado do Pará.

DATA DA ABERTURA: 23 de Fevereiro de 2023.

HORA DA ABERTURA: 09 horas 00 minuto.

LOCAL: Auditório da Prefeitura Municipal de Curuçá, sito á Praça Coronel Horácio, n°. 70.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL E SEUS ANEXOS: Site da Prefeitura <http://www.curuca.pa.gov.br>, site do TCM <http://www.tcm.pa.gov.br> (Geo Obras) e presencialmente mediante apresentação de mídia (CD-R, DVD-R ou Pendrive) gravação gratuita, na sede da PMC (setor de licitações), sito à Praça Cel. Horácio n°. 70, Bairro Centro – Curuçá/PA, CEP 68.750-000, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 8horas00minutos às 14horas00minutos. Informações: cplcuruca2013@yahoo.com.br

OBS.; Será cobrada uma taxa de R\$ 60, 00 (sessenta reais) conforme dispõe o Artigo 32 Inciso 5º da Lei n°. 8.666/93, caso a empresa solicite o Edital na forma impressa.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

PROCESSO N°. 002/2023-SEMED/PMC

CONCORRÊNCIA N°. 001/2023-SEMED/PMC

EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CURUÇA, inscrita no CNPJ n°. 05.171.939/0001-32, neste ato se fazendo representar pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria n° 078, de 17 de março de 2022, torna público que, de ordem do Exmo. Prefeito, no dia **23 de Fevereiro de 2023, às 09 horas 00 minuto**, no Auditório da Prefeitura, situada a Praça Coronel Horácio n°. 70, Bairro Centro, Curuçá/PA, CEP 68.750-000, o recebimento dos envelopes relativos ao Credenciamento, Documentação de Habilitação e Proposta de Preço para a **CONCORRÊNCIA N°. 001/2023-SEMED/PMC**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL E POR ITEM**, no regime de execução indireta por **EMPREITADA**, em conformidade com o disposto neste Edital e seus anexos, Lei n°. 8.666 de 21/06/93, e suas alterações e pela Lei Complementar n°. 123, de 14/12/2006 e suas alterações e que se regulará pelas condições seguintes:

1. OBJETO E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

1.1. A presente licitação tem por objeto **Contratação de empresa para as REFORMAS E AMPLIAÇÕES DE 10 (DEZ) escolas municipais de educação infantil, no município de Curuçá, Estado do Pará, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo e Especificações Técnicas – ANEXO II, que é parte integrante deste Edital.**

1.2. Os serviços objeto desta licitação estão estimados em **R\$ 5.734.030,54 (Cinco Milhões, Setecentos e Trinta e Quatro Mil, Trinta Reais e Cinquenta e Quatro Centavos)**, sendo o mês base **SINAPI/CAIXA, OUTUBRO de 2022 E SEDOP SETEMBRO/2022**. No preço proposto estão incluídos os custos e o BDI.

1.3. A licitante deverá elaborar o orçamento considerado necessário e suficiente à devida execução do objeto da presente licitação. A responsabilidade pelos itens de serviços e fornecimento, insumos e produtividades, quantitativos e despesas diretas e indiretas, inseridos no orçamento é da Licitante, que deve considerar, em sua proposta, todos os elementos necessários à consecução do escopo do certame em questão.

1.4. O valor global do orçamento estimado pelo Município de Curuçá é o limite máximo admitido para o valor apresentado nas propostas das licitantes, conforme item **1.2**. Não serão aceitas propostas com valores globais superiores à estimativa orçamentária do Município de Curuçá.

1.5. O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados na Comissão Permanente de Licitação da PMC, sito à Praça Cel. Horácio n°. 70, Bairro Centro – Curuçá/PA, CEP 68.750-000, de 2ª a 6ª feira (dias úteis) devendo preencher o formulário de retirada do mesmo gratuitamente munido de um CD/DVD ou Pen drive para a sua cópia, das 8horas00minutos as 14horas00minutos ou pelo



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====
site da Prefeitura Municipal de Curuçá no endereço www.curuca.pa.gov.br e também pelo site do TCM <http://www.tcm.pa.gov.br> (Geo Obras).

1.6. Será cobrada uma taxa de R\$ 60,00 (sessenta reais) conforme dispõe o Artigo 32 Inciso 5º da Lei nº. 8.666/93, caso a empresa solicite o Edital na forma impressa.

1.7. Caso a data prevista para realização deste certame seja declarada feriado ou ponto facultativo, e não havendo retificação de convocação, será realizada, **AUTOMATICAMENTE**, no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário previstos, independentemente de publicação de aviso respectivo.

2. ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

2.1. Havendo dúvidas sobre os elementos inerentes a licitação, poderá ser efetuada consulta ou impugnação aos termos do Edital, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura desta licitação, por uma das seguintes formas:

- a)** Mediante entrega protocolizada;
- b)** Através do e-mail: cplcuruca2013@yahoo.com.br

2.1.1. No caso de ser utilizada do e-mail como forma de consulta ou de impugnação, deverá o interessado apresentar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, do envio do documento, a peça original da consulta ou da impugnação, considerados também para esse fim a data da postagem nos Correios.

2.1.2. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes da habilitação.

2.1.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a data da abertura da licitação. Todavia, caso venha a apontar, depois da abertura dos envelopes, falhas ou irregularidades que viciaram o Instrumento Convocatório, tal comunicação não terá efeito de recurso.

2.1.4. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações serão respondidos pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação, que analisará as dúvidas suscitadas e responderá ao interessado em até 03 (três) dias úteis contados da data do recebimento do documento original.

2.1.5. No caso de ser constatada a necessidade de alteração do Edital que afete a formulação das propostas de forma inquestionável, seu extrato será republicado, na forma determinada pela Lei, reiniciando a contagem de prazo para apresentação das propostas.

2.1.6. As eventuais modificações no instrumento convocatório serão divulgadas nos mesmos prazos e meios dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Respeitadas as demais condições normativas e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação, qualquer empresa legalmente estabelecida no país, que atenda as exigências deste Edital e que o ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

3.2. Não poderá participar da presente licitação:

- a)* Consórcio de empresas, sob nenhuma forma;
- b)* Empresas que estejam temporariamente impedidas de licitar ou contratar com esta Administração;
- c)* Empresas que, por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas ou punidas com suspensão do direito de licitar, pela Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade da declaração de superveniência de fato impeditivo à habilitação;
- d)* Empresa que já tenha algum tipo de penalidade dentre as previstas no artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, aplicadas pela Prefeitura Municipal de Curuçá;
- e)* Empresa em processo de falência, concursos de credores, concordata ou insolvência e em processo de dissolução ou liquidação;
- f)* Empresa que represente mais de um **LICITANTE**;
- g)* Direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, que estejam enquadrados na vedação constante do Art. 9, da Lei 8.666/93;
- h)* Cooperativas;
- i)* Pessoa física ou jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação como subcontratado de outro **LICITANTE**.
- j)* Empresas estrangeiras que não funcionem no País;
- l)* que não atendam as condições exigidas neste Edital e seus anexos;
- m)* organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- n)* instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).

3.3. Os impedimentos, casos existentes, deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

3.4. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Na abertura da sessão pública, conforme o dia, horário e local mencionado no preâmbulo deste Edital, o representante legal da licitante deverá realizar o seu credenciamento, entregando à Comissão Permanente de Licitações, o **Envelope nº 01 – Credenciamento**.

4.2. O envelope contendo a documentação relativa ao **CREDCENCIAMENTO** deverá conter na parte externa os seguintes dizeres:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

ENVELOPE Nº 01 – CREDENCIAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CURUÇÁ/PA
CONCORRÊNCIA Nº 001/2023-SEMED/PMC
RAZÃO SOCIAL COMPLETA DO LICITANTE
CNPJ Nº. XXXXXXXX
DATA DE ABERTURA: 23/02/2022 AS 09:00 HRS

4.3. Para o **Credenciamento** nesta Concorrência a empresa interessada deverá apresentar no ENVELOPE Nº. 01, lacrado e rubricados em seus fechos os seguintes documentos:

4.3.1. Se a empresa se fizer representar por **Procurador**, faz-se necessário:

a) **Procuração, através de outorga por instrumento público ou particular**, neste último caso, **com firma reconhecida em cartório**. Tanto o instrumento público quanto o particular deverá conter menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, inclusive para interpor ou desistir de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame, **ou carta de Credenciamento** (conforme modelo **Anexo XIV**), **com firma reconhecida em cartório**.

b) **Cópia da Cédula de Identidade ou documento equivalente** do representante do LICITANTE que esteja credenciado na sessão, juntamente com a do proprietário e sócios se houver, acompanhada de seu original (credenciado) para conferência e posterior devolução;

c) **Cartão de CNPJ**.

d) **Ato constitutivo da empresa e alterações se houver ou consolidação** respectiva para identificação daquele que outorgou os poderes ao seu representante.

f) **Declaração que cumpre os requisitos estabelecido no Art. 3º Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar (**Anexo IX**), acompanhada da Certidão Simplificada.

4.3.1.1. **A não apresentação dos documentos relacionados às alíneas “f” impossibilitará o participante de usufruir dos direitos estabelecidos na Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores.**

4.3.2. Fazendo-se representar a licitante pelo seu **Sócio-Gerente, Diretor ou Proprietário**:

a) **Cartão de CNPJ**;

b) **Contrato Social ou Estatuto e Ata de assembleia geral** de eleição dos administradores da empresa acompanhados de todas as alterações ou consolidação respectiva.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

c) Cópia da Cédula de Identidade ou outro documento equivalente do proprietário e sócios se houver, acompanhada de seu original para conferência e posterior devolução;

d) Declaração que cumpre os requisitos estabelecido no Art. 3º Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar (Anexo IX), acompanhada da Certidão Simplificada.

4.3.2.1. A não apresentação dos itens “d” impossibilitará o participante de usufruir dos direitos da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores.

4.4. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que optar por usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar Federal nº. 123/2006, 147/2014 e 155/2016 deverá apresentar junto ao credenciamento:

4.4.1. Quando optante pelo SIMPLES nacional:

a) Comprovante de opção pelo simples obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações posteriores, conforme Anexo IX deste edital.

4.4.2. Quando não for optante pelo SIMPLES nacional:

a) Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício – DRE e nota explicativa comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3 da LC 123/2006 e alterações posteriores;

b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e alterações posteriores, conforme Anexo IX deste edital.

4.5. Iniciada a Sessão, será vedada a substituição do representante da empresa devidamente credenciada, ainda que esteja munido de instrumento procuratório com poderes específicos, salvo por caso fortuito ou força maior.

4.6. Se a documentação relativa ao credenciamento não estiver completa ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o licitante poderá apresentar, durante a sessão, documentação pertinente a suprir a eventual falha. Caso contrário a CPL considerará não credenciado o proponente e conseqüentemente impedido de participar das fases seguintes do presente certame.

4.7. O licitante ou o seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de apresentar formulário intenção de recurso ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====
4.8. Nos casos de suspensão e reabertura das sessões públicas em outras atas, o **licitante** poderá credenciar novo representante, na impossibilidade da presença do primeiro credenciado. Atendidas as exigências do § 2º e suas alíneas.

4.9. A empresa deverá apresentar um único CNPJ, não podendo filial ou subsidiária substituir matriz, quando esta for a licitante e vice-versa.

4.10. Não serão aceitas **propostas comerciais** ou **documentos de habilitação** enviados por via postal ou outro meio eletrônico.

4.11. Não será admitida a participação de um mesmo representante legal e/ou procurador para mais de um licitante

5. DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

5.1. O **LICITANTE** adjudicado terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, depois de regular notificação pela **PMC**, para comparecer à sede da mesma, assinar o contrato administrativo de execução dos serviços, sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº8.666/93.

5.2. O Contrato, sob a forma de minuta, parte integrante deste Edital, independentemente de transcrição, especificará o prazo, forma de execução, de pagamento e demais condições previstas nesta licitação.

5.3. Na hipótese do adjudicatário não comparecer para assinar o Contrato no prazo estipulado, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, nos termos do parágrafo 2º do art. 64 da Lei nº 8.666/93, ou revogar a licitação.

5.4. Em ocorrendo aditamento **contratual**, os **valores de referência para alterações na planilha orçamentária da CONTRATADA**, deverá adotar o critério mais vantajoso para a Administração Pública, dentre as seguintes:

- a) Custos unitários adotados na proposta da **CONTRATADA**;
- b) Custos unitários do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, ou;
- c) Valores unitários constantes na Planilha Estimativa de Orçamento anexo a este Edital.

6. DO VALOR ESTIMADO PARA O OBJETO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. O valor orçado para a execução contratual corresponde a **R\$ 5.734.030,54 (Cinco Milhões, Setecentos e Trinta e Quatro Mil, Trinta Reais e Quarenta e Quatro Centavos)**.

Exercício Financeiro: 2023

Órgão: 05 Fundo de Educação Básica - FUNDEB de Curuçá



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====
Unidade Orçamentária: 0501 Fundo de Educação Básica
Projeto Atividade 12 361 0404 1.031 Construção, Reforma e Ampliação de Unid. de Ensino Fundamental
Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00 Obras e instalações
Subelemento: 4.4.90.51.99 outras obras e instalações

Órgão: 04 Fundo Municipal de Educação de Curuçá
Unidade Orçamentária: 0401 Fundo Municipal de Educação de Curuçá
Projeto Atividade: 12 361 0404 1.028 Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Escolares
Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00 Obras e instalações
Subelemento: 4.4.90.51.99 outras obras e instalações

6.1.1. Neste valor estão incluídos todos os custos básicos diretos, todas as despesas indiretas e os benefícios da empresa, assim como os encargos sociais e trabalhistas, bem como o custo do transporte de resíduos.

6.1.2. Serão desclassificadas propostas com valor global superior ao limite do valor constante do “caput” desta cláusula, ou, consideradas inexequíveis nos termos do art. 47, II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

6.1.3. Serão igualmente desclassificadas as propostas que contenham qualquer preço unitário e/ou quantitativos superiores aos constantes da planilha de quantitativos e preços unitários referentes ao Orçamento de Referência não existindo qualquer outro tipo de interpretação no caso de descumprimento do presente dispositivo.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os serviços deverão ser entregues conforme especificações definidas no **Memorial Descritivo e Especificações Técnicas – Anexo II deste Edital**, seguindo o cronograma físico-financeiro do Contrato.

7.2. Os serviços que forem entregues em desacordo com o **Memorial Descritivo e Especificações Técnicas – Anexo II deste Edital** será rejeitado, parcial ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a **CONTRATADA** a refazê-los no prazo assinalado pelo **FISCAL DO CONTRATO**, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega, como também ser aplicadas penalidades previstas em lei.

7.3. As aprovações parciais por parte do **CONTRATANTE** não eximem os autores das responsabilidades, dos erros ou falhas que os serviços executados possam conter, cabendo à **CONTRATADA** proceder às devidas correções, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

7.4. Deverão ser entregues, juntamente com cada medição, os diários de obras e relatórios fotográficos referentes ao período.

7.5. Após o aceite dos produtos, conforme cronograma físico-financeiro firmado com a empresa **CONTRATADA**, o fiscal do contrato da **CONTRATANTE** fará a respectiva medição e atestará a conformidade dos serviços executados.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.6. Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à **CONTRATADA** apresentar comunicação formal ao fiscal do contrato da **CONTRATANTE**, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

7.7. O recebimento final se dará provisoriamente pela fiscalização no prazo máximo de 15 (quinze) dias após comunicação pela contratada de término das obras.

7.8. O fiscal do contrato informará ao **CONTRATADO** através de laudo as eventuais falhas e/ou defeitos da execução dos serviços, recebendo o mesmo uma cópia para que possa providenciar as correções necessárias.

7.9. Quando os serviços estiverem perfeitamente executados, ou após as devidas correções, na forma das disposições constantes no Art. 69, da Lei nº. 8.666/93, a **CONTRATANTE** terá o prazo de até 30 (trinta) dias para o recebimento definitivo dos serviços, contados da assinatura do Termo de Recebimento Provisório.

7.10. A **CONTRATANTE** somente receberá definitivamente o serviço quando este estiver perfeitamente de acordo com o contrato e com o processo.

8 DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES Nº. 02 E 03

8.1. Os envelopes contendo a **Documentação de Habilitação** e **Proposta de Preços** deverão ser entregues no dia **23 de Fevereiro de 2023, até 09 horas 00 minuto**, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, devidamente lacrados, opacos, indevassáveis e rubricados nos seus fechos pelos representantes das empresas, **no Auditório da Prefeitura Municipal de Curuçá, sito à Praça Coronel Horácio, nº. 70, Bairro Centro, CEP: 68.750-000.**

8.2. A reunião para recebimento dos envelopes será pública, dirigida pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Curuçá, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no **Auditório da Prefeitura Municipal de Curuçá, sito à Praça Coronel Horácio, nº. 70, Bairro Centro, CEP: 68.750-000 no dia, hora e local indicados.**

8.3. Depois de encerrado o prazo para recebimento dos envelopes com Documentos de Habilitação e Propostas de Preços, nenhum outro será aceito, assim como não se admitirá, também, quaisquer adendos ou alterações dos documentos e propostas entregues.

8.4. O envelope nº 2 contendo a **Documentação de Habilitação** deverá trazer expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CURUÇÁ/PA
CONCORRÊNCIA Nº 001/2023-SEMED/PMC
RAZÃO SOCIAL COMPLETA DO LICITANTE
CNPJ Nº. XXXXXXXX
DATA DE ABERTURA: 23/02/2022 AS 09:00 HRS



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

8.5. O envelope nº. 3 contendo a **Proposta de Preços** deverá trazer expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 03 – PROPOSTA DE PREÇOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CURUÇÁ/PA
CONCORRÊNCIA Nº 001/2023-SEMED/PMC
RAZÃO SOCIAL COMPLETA DO LICITANTE
CNPJ Nº. XXXXXXXX
DATA DE ABERTURA: 23/02/2022 AS 09:00 HRS

8.6. Seguindo a ordem de apresentação, proceder-se-á à abertura do **Envelope nº. 02 – Documentação de Habilitação**, para análise dos documentos que ficarão à disposição das licitantes para exame, conferência e, se for o caso, questionamentos.

8.7. Depois de conferida e apreciada a documentação, bem como os eventuais questionamentos, serão anunciadas as concorrentes Habilitadas e Inabilitadas. Caso haja, os envelopes dizendo conter a Proposta de Preços das concorrentes inabilitadas, fechados e rubricados, permanecerão em poder da CPL, os quais serão devolvidos às interessadas, decorridos o prazo legal, desde que não tenha sido interposto recurso, ou após sua apreciação.

8.8. Poderá a Comissão transferir o julgamento da documentação para outra data, caso necessite de mais tempo para apreciar os documentos, sendo tudo consignado na ata dos trabalhos.

8.9. A Comissão Permanente de Licitação, depois de dada vista às licitantes de toda a documentação apresentada, informará que qualquer contestação ou impugnação a ela referente somente poderá ser formalizada naquele momento para registro em ata.

8.10. As licitantes poderão, antes da abertura das Propostas de Preços, sob pena de preclusão, recorrer da decisão referente à habilitação, mediante simples protesto, hipótese em que a Comissão adiará os trabalhos e assinalará a recorrente o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de razões por escrito, marcando idêntico prazo às demais licitantes para impugnação do recurso e apresentação de contrarrazões.

8.10.1. Ocorrendo o recurso de que trata o subitem anterior, os envelopes de Proposta de Preços serão rubricados pela Comissão e demais licitantes, até a conclusão dos prazos.

8.10.2. Qualquer recurso ou contestação somente poderá ser manifestado por intermédio do representante legal da licitante, ou por Procurador legalmente credenciado.

8.10.3. Far-se-á constar nos autos a decisão sobre as contestações ou recursos referentes à Habilitação das licitantes.

8.11. Declarada a regularidade da documentação de Habilitação apresentada pelas licitantes, e desde que tenha havido desistência expressa e/ou julgamento dos recursos interpostos, a CPL passará à abertura dos **envelopes nº. 03 - Propostas de Preços** dos concorrentes habilitados.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====
8.11.1. Os trabalhos de abertura dos envelopes de “Documentação” e das “Propostas de Preços” poderão ser realizados na mesma reunião, observado, entretanto, o disposto no subitem anterior, salvo a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

8.11.2. Ocorrendo qualquer dos motivos impeditivos mencionados no subitem anterior, a reunião será suspensa após a fase de habilitação e antes da abertura dos envelopes de proposta, estes, ainda fechados, serão rubricados em seu fecho pela Comissão e por todos os licitantes presentes.

8.12. A CPL e os representantes das proponentes, após o exame dos documentos e a leitura das Propostas de Preços, rubricarão todas as suas folhas e demais elementos integrantes.

8.13. Em nenhum caso será concedido prazo para a apresentação de documentos de qualificação/habilitação que não tiverem sido entregues na sessão própria e a falta de quaisquer documentos implicará na inabilitação do licitante.

8.14. Após o recebimento dos envelopes, nenhum outro documento, adendo, acréscimo, substituição ou alteração será aceito pela Comissão.

8.15. Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

9. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE N° 2)

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante será verificada o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação com esta administração, mediante a consulta aos seguintes cadastrados:

9.1.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.1.2. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON;

9.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12, da Lei nº. 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

9.1.3.1. Caso conste na consulta de situação do fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

9.1.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

9.1.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.4. Constada a existência de sanção, o licitante será declarado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, excetuando-se cópia em papel termo sensível (fax), autenticada individualmente por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em Órgão de Imprensa Oficial, sendo que estes permanecerão em poder da Comissão Permanente de Licitações e farão parte integrante do processo.

9.2.1. É necessário que os documentos que forem apresentados em fotocópia sem autenticação passada por cartório competente, sejam apresentados com os respectivos originais à Comissão de Licitação até 03 (três) dias antes da abertura dos Documentos de Habilitação, para autenticação.

9.3. Não serão autenticados pela CPL/PMC os documentos em cópias simples acompanhados de cópias autenticadas para conferência, apenas aqueles acompanhados dos respectivos originais.

9.4. Os proponentes deverão apresentar de preferência os documentos do **envelope nº 2**, na ordem solicitada no edital, com todas as folhas numeradas e rubricadas no canto inferior direito da página e na última folha constar um “Termo de Encerramento”

9.6. Para **habilitação** nesta Concorrência a empresa interessada deverá apresentar no **ENVELOPE nº. 02**, lacrado, os seguintes documentos:

9.6.1. Documentos para **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) **Registro comercial**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, no caso de empresa individual;
b) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, com todas as cláusulas necessárias para constituição da empresa devidamente registrada, em se tratando de Sociedade por Cotas, e, em se tratando de Sociedade por Ações, acompanhadas dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

c) **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Os documentos das alíneas “a, b e c” deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;**

e) **No caso de sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) **No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: Certidão SIMPLIFICADA expedida pela Junta Comercial, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, juntamente com a certidão específica emitida pela junta comercial da sede da licitante, devidamente atualizada.**

g) **Decreto de Autorização**, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

h) Certidão de Nada Consta, emitida pelo Tribunal de contas dos Municípios do Estado do Pará ou do estado de competência do licitante;

9.6.2. Documentos relativos à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral com o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, juntamente com a Consulta Quadro de Sócios e Administradores;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, por meio da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que inclua créditos tributários relativos às contribuições sociais, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrado, da sede ou domicílio do **LICITANTE**;

c) Prova de Inscrição e regularidade para com a Fazenda Estadual. Caso a empresa seja isenta de inscrição estadual e de prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, devido ao ramo de sua atividade, deverá aquela apresentar obrigatoriamente, declaração do órgão estadual ou instrumento equivalente que comprove a situação de isenta dessas obrigações, não sendo aceita simples declaração firmada pelo representante da empresa;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio de **Certidão Negativa de Débito e Alvará**;

e) Certificado de Regularidade do FGTS, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, dentro do prazo de validade;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, (www.tst.jus.br/certidao), em conjunto com a certidão de ações trabalhistas de jurisdição do estado da sede da licitante, acompanhado da certidão negativa de Débitos do Ministério do Trabalho Conforme artigo 5º§ único da portaria 1421/2014 do MTE, a certidão ora instituída refletirá sempre a última situação ocorrida em cadastros administrativos pelo emitente, de modo que, havendo processos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN, quanto a estes, poderá ser obtida certidão perante aquele órgão, visando a demonstrar a situação atualizada dos mesmos e da Relação de Infrações Trabalhistas, emitida em nome da pessoa jurídica.

g) Declaração de Adimplência com a Secretaria Municipal de Administração. A referida declaração deverá ser solicitada pelo licitante no protocolo, com ofício de solicitação em papel timbrado da empresa interessado à Secretaria Municipal de Administração, até 02 (Dois) dias úteis antes da data designada para abertura da sessão pública.

9.6.3. Documentos relativos à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (incluindo Micro e Empresas de Pequeno Porte)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

*a) **Certidão Negativa de Falência ou Concordata**, recuperações Judiciais e Extrajudiciais expedida pelo distribuidor da sede jurídica, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio e do âmbito federal, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, **expedida a menos de 90 (noventa) dias** antes da data da abertura dos envelopes de documentação.*

a.1) Caso haja alguma ação judicial distribuída relativa a recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada certidão circunstanciada do processo, comprobatória da aptidão da licitante para participação em licitação, sob pena de inabilitação.

*b) Balanço patrimonial, demonstrações contábeis e notas explicativas do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, **devidamente registrados na Junta Comercial competente**, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da apresentação da proposta;*

b.1) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial, demonstrações contábeis e nota explicativa assim apresentados:

*b.1.1) **Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima – S/A):** Balanços publicados em Diário Oficial ou publicados em jornal de grande circulação ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.*

*b.1.2) **Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):** Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domiciliada licitante ou em outro órgão equivalente ou, ainda, por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.*

*b.1.3) **Sociedade criada no exercício em curso:** fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.*

*b.1.4) Em se tratando de **Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte**, as empresas **constituídas no exercício em curso** deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive os termos de abertura e encerramento.*

*b.1.5) Em se tratando de **Empresas optantes pelo Simples Nacional**, estas devem apresentar balanço patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas não restando a obrigação do registro na Junta Comercial do Estado da licitante. Devendo, no entanto, apresentá-lo assinado pelo Contador com o respectivo CRC, pelo representante legal da empresa e a Certidão de Regularidade do Profissional perante o Conselho Regional de Contabilidade, acompanhada do Simples Nacional (Consulta Optante).*

*c) A comprovação da boa situação financeira da licitante também deverá ser demonstrada pela obtenção de **índices de Liquidez Geral (LG) ≥ 1,50, Solvência Geral (SG) ≥ 1,50, Liquidez***



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====
Corrente (LC) $\geq 1,50$ e Índices de endividamento (IEN) $\leq 0,40$, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, em papel timbrado da licitante, por qualquer processo de impressão, devidamente assinado por Contador, sendo que as fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

Apuração dos índices:

c.1) Liquidez Geral (LG):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1,50$$

c.2) Liquidez Corrente (LC):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,50$$

c.3) Solvência Geral (SG):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} \geq 1,50$$

c.4) Índices de endividamento (IEN) $\leq 0,40$

$$IEN = \frac{\text{Passivo circ.} + \text{exigível a longo prazo}}{\text{Ativo total}}$$

e) Os Balanços deverão conter as assinaturas do (s) representante (s) legal (is) e do contador responsável da Proponente, devidamente registrados na Junta Comercial.

f) As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham balanço de encerramento do exercício, deverão apresentar demonstrações contábeis consolidando seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativo ao período de sua existência;

g) Demonstrações contábeis realizados/elaborados via Escrituração Contábil digital através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED deverão ser apresentados com autenticação da Junta Comercial;

9.6.4. Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.6.4.1. Todos os licitantes deverão apresentar, ainda, a qualificação técnica, por meio da apresentação dos documentos que seguem no **envelope n.º. 2**:

a) Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme as áreas de atuação previstas no termo de referência, em plena validade. No caso de empresas não inscritas nos Conselhos do Estado do Pará, deverão ser providenciados os respectivos vistos destes Conselhos Regionais até a data da assinatura do contrato.

9.6.4.2. Comprovação da capacitação Técnico-Profissional determinado mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre execução dos acervos definidos no **item b.1)** acima.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

a) O licitante, quando solicitado, deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

b) Será admitido o somatório de atestados para comprovação de cada item, conforme consta no Termo de Referência. Os atestados poderão ser apresentados da seguinte maneira:

I) atestados para cada item exigido ou

II) atestados que contenham um ou mais itens exigidos.

c) Quando a certidão e /ou atestado não for emitida pelo contratante principal da obra (órgão ou ente público), deverá ser juntada à documentação pelo menos um dos seguintes documentos:

I) declaração formal do contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato;

II) autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome do Licitante subcontratado para o qual se está emitindo o atestado;

III) contrato firmado entre contratado principal e licitante subcontratado, devidamente registrado no CREA.

d) A equipe técnica que participará da execução das obras ou serviços, constantes do projeto de engenharia, estará sujeita à aprovação da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo de Curuçá, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

9.6.4.3. Declaração de que tomou conhecimento de todas as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.6.4.4. Declaração do representante da empresa contendo o compromisso de que o responsável técnico da pessoa jurídica, juntamente com outros profissionais habilitados, caso a pessoa jurídica seja a vencedora da licitação, exercerão diretamente suas atividades naquele serviço.

9.6.4.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

9.6.4.6. Deverá apresentar a declaração de pleno conhecimento, onde serão executados os serviços, objeto desta licitação, assumindo total responsabilidade quanto ao conhecimento a situação da obra e condições ambientais do local onde serão executados os serviços.

9.6.4.7. No decorrer da execução do objeto, os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacidade Técnico-Operacional poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.6.4.8. INFORMAÇÕES SOBRE OS ATESTADOS TÉCNICOS

=====

Prefeitura Municipal de Curuçá

Praça Coronel Horácio, nº. 70 - Curuçá - PA, CEP: 68.750 - 000.

CNPJ: 05.171.939/0001-32



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

a) Deverá(ão) constar, preferencialmente, do(s) atestado(s) de capacidade técnica ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA ou CAU, em destaque, os seguintes dados: data de início e término das obras ou serviços; local de execução; nome do contratante e da pessoa jurídica contratada; nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA ou CAU; especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados;

b) Não serão aceitos atestados de fiscalização de obras ou serviços. Entende-se como fiscalização às atividades executadas a serviço do Contratante, portanto sem incluir responsabilidade pela instalação do equipamento, e, por gerenciamento aquelas realizadas a serviço do contratado, portanto incluindo a responsabilidade pela instalação do equipamento, no âmbito de um contrato similar ao resultante da presente Concorrência;

c) A comprovação de vinculação do profissional detentor do acervo técnico deverá atender os seguintes requisitos:

I) Sócio - contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente;

II) Diretor - cópia do contrato social em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

III) Responsável Técnico - Cópia da Certidão expedida pelo CREA ou CAU da Sede ou filial da licitante, onde consta o registro do profissional como RT;

IV) Empregado - cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT, e ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social.

V) Prestador de Serviços – cópia do contrato de Prestação de Serviços com o contratado. Sendo o Contrato de Prestação de Serviços aquele em que uma pessoa física se obriga, mediante remuneração, a fazer algo do interesse do Contratante, desde que não caracterizado o vínculo empregatício ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura.

9.6.4.9. Não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazo de validade vencido. Será considerada como válida, todas certidões desse edital, expedida a menos de 90 (noventa) dias antes da data da abertura dos envelopes de documentação, exceto se houver previsão de prazo diverso estabelecido em lei ou pelo órgão emissor do documento, devendo o **LICITANTE** apresentar juntamente com a certidão cópia da referida legislação.

9.6.4.10. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.6.4.11. Toda documentação apresentada deverá ser correspondente a um único CNPJ, salvo no caso de tributos e contribuições das filiais quando, a empresa estiver autorizada a centralizá-los em sua matriz ou sede. Os documentos comprovando tal centralização deverão ser fornecidos pelo(s) órgão(s) competente(s), constando da documentação apresentada.

9.7. Todos os licitantes deverão apresentar, ainda, no **envelope nº 2 - Declaração – Anexo VIII**, conforme abaixo:

1. Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

2. DECLARA para os devidos fins que **não** possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de deficiência de acordo com o disposto no art. 28, §6º da



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====
Constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008, publicada em 11.06.2008), em função de **possuir menos de 20 (vinte) funcionários** em seu quadro de pessoal.

3. Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Municipal/Legislativo exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90),

4. Inexistência de fato superveniente impeditiva da habilitação, nos termos do art. 32, § 2º da Lei nº 8.666/93, sendo o caso.

5. Que possui estrutura e condições para executar as obras e os serviços ora licitados, em conformidade com os prazos e exigências do Edital e seus anexos e que os executará de acordo com as especificações técnicas constantes dos anexos deste Edital e demais normas técnicas da ABNT, às quais alocará todos os equipamentos, pessoal e materiais necessários, e que tomará todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado e prevenir e mitigar o impacto sobre o meio ambiente, sobre os usuários e os moradores vizinhos.

6. Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.

7. Que se compromete a dispor, para emprego imediato, dos equipamentos necessários e relacionados no projeto, e que o mesmo encontra-se em condições adequadas de utilização;

8. Que a qualquer momento e por necessidade na execução das obras e serviços fará a alocação de qualquer tipo de equipamento compatível com a natureza dos serviços a serem executados por solicitação da PMC, sem ônus de mobilização para este, ainda que, não previsto, em prazo compatível com a necessidade que motivou a solicitação;

9. Que executará as obras e serviços de acordo com cronograma físico-financeiro aprovado;

10. Que se compromete a estar instalado e pronto para a execução das obras no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço, sob pena da configuração da hipótese disposta no inciso IV do art. 78 da Lei 8666/93;

11. Que reconhece o direito da Administração Pública paralisar ou suspender a execução dos serviços na forma da Lei.

12. Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

9.7.1. **Declaro**, sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecido no Art. 3º Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar. **(Anexo IX)**.

9.7.2. **Declaração** de Elaboração Independente de Proposta **(Anexo X)**

9.8. **A falta de quaisquer documentos de habilitação e declarações relacionados acima resultará da desclassificação do participante no certame.**

9.9. **DO ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====
a) Para visita ao local da execução dos serviços, a licitante deverá procurar a **Secretaria Municipal de Obras de 08h00min as 14h00min por meio do telefone 091 991251311 (Eng. Civil - Cássia Cristina do N. Marinho CREA/PA 151584277-0)**. A visita deverá ser agendada com antecedência e deverá ocorrer até 03 (três) dias úteis da data de abertura da Proposta de Preços. Para os licitantes visitarem todas as localidades das referidas escolas, conforme planilha abaixo;

1	JULIA SANTANA - ANANIM
2	CARMELITA DA CRUZ - ARAPIRANGA
3	CANDORINA CAMPOS - CIDADE
4	FRANCISCA O.BLANCO - CARATATEUA
5	CRISTO ALVES - DO KM 50
6	TEÓFILA TEXEIRA - COQUEIRO
7	CATARINA NEVES - PACAMOREMA
8	JOANA DOS SANTOS GOMES - PIQUIATEUA
9	LAUDELINO ALVES MONTEIRO - PEDRAS GRANDES
10	2º ETAPA - MARIETA DA SILVA NUNES - MURIÁ

b) A visita técnica deverá ser acompanhada por um Engenheiro (a) da Secretaria Municipal Obras, Urbanismo e Transporte - SEMOUT, que a certificará, expedindo o correspondente Atestado de Visita. **Esse atestado será juntado à Documentação de Habilitação** da empresa participante, em conformidade com o previsto no art. 30, III da Lei nº 8.666/93.

c) A Administração entende ser importante a visita (monitorada ou não) ao local que será executado os serviços, onde serão efetuados os levantamentos para constatar as suas condições para sua execução, bem como conhecer todas as condições operacionais, entre outros, pertinentes ao objeto da licitação para bem elaborar a sua proposta.

d) A empresa licitante, a seu critério, poderá **DECLINAR DA VISITA**, sendo, neste caso, necessário apresentar em substituição ao atestado de visita, **DECLARAÇÃO FORMAL assinada pelo RESPONSÁVEL TÉCNICO E REPRESENTANTE LEGAL**, sob as penalidades da lei, que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por essa declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

e) A visita ao local de execução da obra deve ser prioritariamente compreendida como um **direito subjetivo da empresa licitante, e não uma obrigação imposta pela Administração**, motivo pelo qual deve ser uma faculdade dada pela Administração aos participantes do certame.

f) Os LICITANTES deverão apresentar a **DECLARAÇÃO FORMAL DE DECLÍNIO DE VISITA** em papel timbrado e assinada pelo representante legal da empresa e seu responsável técnico da empresa, com firma reconhecida.

g) **Tanto o atestado de visita técnica quanto a declaração formal de declínio de visita técnica serão juntados à Documentação de Habilitação** da empresa participante, em conformidade com o previsto



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

no art. 30, III da Lei nº 8.666/93.

h) Tanto o atestado de visita técnica quanto a declaração formal de declínio de visita técnica, são requisitos de habilitação do certame.

10. DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE Nº. 03)

10.1. Os LICITANTES deverão entregar suas Propostas Comerciais em envelope opaco, indevassável e rubricado.

10.2. Recomenda-se que a documentação contida no **ENVELOPE Nº. 03** devam estar numera das sequencialmente, da primeira à última folha, de modo a refletir o seu número exato.

10.3. A eventual falta de numeração e / ou duplicidade de numeração ou ainda a falta da rubrica nas folhas, será suprida pelo representante credenciado, na sessão de abertura do respectivo **ENVELOPE Nº. 03**, nos termos do presente Edital vedado a desclassificação por este motivo.

10.4. A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, de forma mecanizada ou equivalente, em papel timbrado da empresa ou identificada com nome e sua razão social, em língua portuguesa, salvo as expressões técnicas de uso comum, sem emenda ou rasura, devidamente rubricada, carimbada, datada e assinada de conformidade com a planilha de serviços e preços.

10.5. No **ENVELOPE Nº. 03 deverão**, obrigatoriamente, conter todos os elementos a seguir relacionados:

a) Carta de Apresentação da Proposta, dirigida à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Curuçá – CPL/PMC, contendo expressa e obrigatoriamente (**Anexo VII**):

a.1) Planilha Orçamentária (Anexo III) do Edital, devidamente rubricada, contendo as quantidades, os custos unitários e totais das obras e serviços; cujos valores não poderão ser superiores aos estabelecidos na referida Planilha;

a.1.1) Nos preços cotados deverão estar incluídos custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

a.1.2) Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

a.1.3) Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.

a.2) Composição de Preços Unitário, devidamente rubricada, contendo as quantidades, planilha de custos unitários e formações de preços; cujos valores não poderão ser superiores aos estabelecidos no **SINAPI/CAIXA, OUTUBRO de 2022 E SEDOP SETEMBRO/2022**;

a.2.1) Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

a.3) Composição de BDI, (Anexo VI) do Edital, (Benefício e Despesas Indiretas) – (discriminar cada parcela, inclusive o seu percentual), Conforme Acórdão 2.622/2013 –TCU;

OBS.: Deverão ser discriminadas todas as despesas não previstas nas composições de preços unitários, mas previstas nos projetos, memorial descritivo, etc.

a.4) Cronograma Físico- Financeiro (Anexo V), do Edital, cujo prazo de execução total dos serviços será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados da data da assinatura da ordem de serviço.

a.5.) O prazo de validade das propostas será de **60 (sessenta) dias** contados a partir da data de apresentação das mesmas;

a.6) Condições de Pagamento: Os serviços serão pagos mediante medições que serão efetuadas em campo, na unidade de serviços efetivamente executados e aceitos pela **FISCALIZAÇÃO**, previstas na Planilha de Orçamento analítico, não se admitindo qualquer tipo de adiantamento, ficando a **PMC**, isenta de responsabilidade por atrasos na apresentação das faturas por parte do **CONTRATADO**.

e.6.1) A empresa deverá apresentar nota fiscal/recebido, referente a cada etapa concluída, tendo a contratante, o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, para a sua conferência, observados os artigos 73 a 76, da Lei Federal n.º 8,666/93.

10.6. Serão desclassificadas as propostas que contenham qualquer preço unitário e/ou quantitativos superiores aos constantes da planilha de quantitativos e preços unitários concernente ao Orçamento de Referência ou não tenha a composição de preços, não existindo qualquer outro tipo de interpretação no caso de descumprimento do presente dispositivo.

10.7. Os preços unitários e sua composição de preços deverão ser cotados de acordo com as Especificações Técnicas;

10.8. O **LICITANTE** deverá declarar incluída nos valores propostos, todas as despesas, inclusive aquelas relativas às taxas, impostos, licenças, encargos sociais, que possam influir direta ou indiretamente no custo dos serviços objeto da presente licitação, e, ainda, as despesas relativas à mobilização de pessoal;

10.9. Considerar-se-á que os preços fixados pelo **LICITANTE** são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as etapas dos serviços, da utilização dos equipamentos e da aquisição de materiais. Considerar-se-á, assim, que a não indicação no conjunto de composições de custos unitários de qualquer insumo ou componente necessário para a execução dos serviços conforme projetados, significa tacitamente que seu custo está diluído pelos demais itens componentes dos custos unitários, itens estes julgados necessários e suficientes, e não ensejarão qualquer alteração contratual sob esta alegação;

10.10. Fica entendido que os projetos, as especificações e toda documentação relativa às obras e serviços são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro, será considerado especificado e válido;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====
10.11. Caso o licitante constate divergências significativas, erros ou omissões nos quantitativos ou itens da planilha deverá indicá-los com formalidade até o segundo dia útil que antecede à abertura do certame, para que sejam avaliadas pela CPL e, em caso de necessidade, a planilha será corrigida e republicado o edital;

10.12. Em casos de divergências/inconsistências entre os diversos componentes técnicos do projeto básico/executivo, tais como projetos, memorial, planilha e cronograma físico-financeiro, prevalecerá as especificações contidas na seguinte ordem: Memorial Descritivo e Especificações Técnicas, Projeto e Planilha Orçamentária

10.13. A **CONTRTADA** deverá arca com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como: valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorre algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 567, da Lei nº. 8.666/93.

10.13.1. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da **CONTRATANTE**, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “a” do inciso I do art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

10.14. Erro no preenchimento da planilha não constitui motivo para a desclassificação da proposta.

10.14.1. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.

10.15. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõem no Memorial Descritivo/Especificações Técnicas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratuais, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.16. Os preços ofertados na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

11.1. A licitação será processada e julgada nos termos da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, suplementada pelas demais legislações vigentes que regem a matéria.

11.2. Após analisar toda a documentação dos concorrentes pertinentes à habilitação, havendo desistência expressa do prazo de recurso, passará a abertura das propostas apenas das empresas habilitadas, devolvendo fechado o envelope das empresas não habilitadas.

11.3. Da sessão será lavrada ata circunstanciada que registrará todas as ocorrências que interessem ao julgamento da licitação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

11.4. As dúvidas que surgirem durante a reunião serão esclarecidas a juízo da presidência ou deixadas para posterior deliberação, devendo o fato ser registrado em ata, em ambos os casos.

11.5. Os concorrentes deverão examinar todas as propostas, devendo rubricá-las juntamente com os membros da Comissão.

11.6. A Comissão de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, decidir pelo exame e julgamento da documentação na mesma sessão de abertura da licitação ou em outra, em data a ser oportunamente divulgada, quando, então os licitantes terão vista da documentação.

11.7. Anunciado o resultado da habilitação, o Presidente da Comissão de Licitação interpelará os licitantes quanto a sua intenção de interpor recurso, que, se havendo desistência expressa, mediante a assinatura do “Termo de Desistência de Interposição de Recursos” poderá dar prosseguimento aos trabalhos, com a abertura dos envelopes da Proposta, após devolver os envelopes respectivos aos inabilitados.

11.8. Caso os envelopes contendo a documentação e propostas não sejam abertos na mesma sessão, todos os envelopes serão lacrados, rubricados por todos os membros da Comissão de Licitação e pelos licitantes presentes e guardados até a data marcada para a realização de nova sessão, devendo constar em ata essa ocorrência, com a indicação da quantidade de envelopes recebidos.

11.9. A Comissão manterá em seu poder as propostas dos **LICITANTES** inabilitados, com os envelopes devidamente rubricados e lacrados. Após o término do período recursal ou após a desistência em interpor recurso, expresso em ata assinada pelos mesmos. As propostas estarão à disposição dos **LICITANTES** pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da homologação, junto ao respectivo órgão licitante.

11.10. Das reuniões para recebimento e abertura dos invólucros de documentos de habilitação e propostas, das reclamações e impugnações feitas e as demais ocorrências que interessem ao julgamento da licitação, serão lavradas as atas circunstanciadas, devendo as mesmas serem assinadas pelos membros da Comissão e também por todas as licitantes.

11.11. Quaisquer declarações, reclamações ou impugnações feitas posteriormente à lavratura das atas não serão levadas em consideração.

12. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, na forma do art.45, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, desde que atenda as especificações técnicas constantes do Edital desta licitação.

12.2. **Será desclassificada a proposta que:**

- a)* Tiver seu preço baseado no de outra proposta, inclusive com o oferecimento de redução sobre a de menor preço;
- b)* Oferecer propostas alternativas do constante do Edital;
- c)* As propostas que não atenderem às exigências editalícias e/ou imponha condições não previstas neste Edital;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

d) Omitir informações ou não obedecer às condições estabelecidas na presente Tomada de Preço para a classificação no certame;

e) As propostas que não atenderem às exigências do Edital, bem como as que apresentarem valor unitário ou global, superior ao limite estabelecido no orçamento estimado da licitação ou ainda com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, bem como aqueles que não atenderem ao Art. 44, parágrafo 3º, da Lei nº. 8.666/93. Deverá ser observado o disposto no Art.48 da Lei nº. 8.666/93, em especial, o seu parágrafo 1º, para apuração das propostas com preços inexequíveis.

12.3. O objeto desta licitação será adjudicado ao **LICITANTE** cuja proposta seja classificada em 1º lugar, sendo que se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será efetuado sorteio em ato público, para o qual todos os **LICITANTES** serão convocados.

12.4. Nos termos do § 3º, do art. 48, da Lei Federal nº. 8.666/93, caso todos os **LICITANTES** forem inabilitados ou se todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar aos **LICITANTES**, o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas comerciais escoimadas das causas da inabilitação ou desclassificação.

12.5. O resultado desta licitação será comunicado, explicitamente, aos **LICITANTES**, na própria reunião, ou em sessão pública previamente marcada, ou, ainda, através de publicação no Diário Oficial Municipal ou site da Prefeitura Municipal de Curuçá ou TCM (Geo Obras).

13. DA PARTICIPAÇÃO DE ME, EPP E MEI

13.1. Para efeitos de participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nesta licitação, nos termos do artigo 3º, Inciso I e II, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:

13.1.1. Microempresa: o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera em cada ano calendário, Receita Bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

13.1.2. Empresa de Pequeno Porte: o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera em cada ano calendário, Receita Bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual e inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

13.1.3. Considera-se pequeno empresário, para efeito de aplicação no disposto dos artigos 970 e 1.179 da Lei nº 10.406/2002, o empresário individual caracterizado como microempresa na forma da lei da aufera receita bruta anual de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), Lei complementar nº 123, artigo 68.

13.2. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, 147/2014 e 155/2016, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

13.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

13.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 12.2.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

13.4. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.5. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

13.5.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

13.5.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 12.5.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 12.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

13.5.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 12.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.5.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

14. DOS RECURSOS

14.1. Os **LICITANTES**, nas diversas fases da licitação, poderão utilizar-se dos recursos previstos no art. 109, da Lei n°. 8.666/93 e suas posteriores atualizações, os quais deverão ser dirigidos ao Secretário Municipal de Administração, através da Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão, ou, nesse prazo, fazê-los subir à apreciação da Autoridade destinatária, devidamente informados.

14.1.1. Os recursos deverão ser protocolados diretamente no protocolo da Prefeitura Municipal de Curuçá PMC, situado à Praça Cel. Horácio, n°. 70 - CEP: 68.750-00 Município de Curuçá, Estado do



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Pará.

14.1.2. Não serão aceitos quaisquer recursos apresentados em desacordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas posteriores atualizações, bem como em relação aos requisitos formais inerentes ao ato.

14.1.3. Os recursos referentes à habilitação preliminar e ao julgamento das propostas comerciais terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente, e presentes às razões de interesse público, atribuir aos demais recursos, eficácia suspensiva.

15. ANULAÇÃO E ROVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

15.1. A Secretaria Municipal de Educação poderá além das hipóteses previstas no item anterior, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, revogar a presente licitação a qualquer momento, antes da assinatura do contrato dela decorrente ou, em caso de constatação de ilegalidade, anular no todo ou em parte, o procedimento licitatório.

15.1.1. Na ocorrência de revogação do procedimento licitatório, não será devida ao licitante qualquer tipo de indenização, inclusive por lucros cessantes.

15.1.2. A anulação do procedimento licitatório, ocorrida antes da retirada do instrumento contratual equivalente, não gera obrigação da Secretaria, indenizar licitantes, sob qualquer das hipóteses.

15.1.3. Da anulação ou da revogação do procedimento licitatório cabe recurso a ser dirigida à autoridade superior competente, na forma do inciso I, alínea “c” do art. 109 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

16. DA RESCISÃO

16.1. A rescisão das obrigações decorrentes da presente licitação se processará de acordo com o que estabelece a Seção V, Cap. III, da Lei nº 8666/93.

17. DO ÔNUS E ENCARGOS

17.1. Serão de inteira e exclusiva responsabilidade da firma vencedora na forma do art. 71 da Lei nº 8.666/93, os salários dos empregados e todos os encargos previstos pelas leis fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, inclusive os relativos a acidentes de trabalho, impostos, gratificações, etc., decorrentes do contrato que venha a ser celebrado.

18. DO CONTRATO

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmada o Contrato.

18.2. O Contrato a ser celebrado com a licitante vencedora permanecerá as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, e a proposta do **LICITANTE** classificado em 1º lugar, independentemente de sua transcrição, terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

cuja minuta consta no **Anexo XI** ao Edital.

18.3. As modificações ou eventuais prorrogações do Contrato obedecerão às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

18.4. Os serviços deverão ser executados de acordo com o cronograma físico financeiro, memorial descritivo, proposta comercial do **LICITANTE** contratado, e o contrato entre as partes.

18.5. Os prazos poderão ser alterados por motivo de força maior, ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes ou equivalentes que fujam ao controle seguro de quaisquer partes interessadas, as quais não consigam impedir sua ocorrência.

18.6. Enquanto perdurar a paralisação das obras por motivos de força maior ficarão suspensos os deveres e responsabilidades de ambas as partes.

18.7. Os motivos de força maior deverão ser comunicados formalmente pelas partes e devidamente comprovados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência. Após a aceitação dos motivos alegados o prazo será prorrogado.

18.8. O **CONTRATADO** poderá, no todo ou em parte, subcontratar ou sub-rogar suas obrigações ou ceder a terceiros o presente contrato, com prévia autorização por escrito da Prefeitura Municipal Ananindeua, obedecendo todos os critérios da Lei nº. 8.666/93 e seus complementos, e ainda, subsidiariamente as normas de direito privado.

18.9. O contrato terá a vigência de 300 (trezentos) dias, a partir da assinatura do contrato, podendo, ser prorrogado, na forma do artigo 57, da Lei nº. 8.666/93.

18.10. Quando da assinatura do contrato, a licitante deverá apresentar a **Certidão atualizada de Quitação da empresa e do Responsável Técnico pela execução da obra no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.**

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. O **CONTRATADO** poderá, no todo ou em parte, subcontratar ou sub-rogar suas obrigações ou ceder a terceiros o presente contrato, com prévia autorização por escrito da Secretaria Municipal de Educação de Curuçá, obedecendo todos os critérios da Lei nº. 8.666/93 e seus complementos, e ainda, subsidiariamente as normas de direito privado.

20. DAS PENALIDADES

20.1. Os atos praticados por licitantes ou contratados, contrários ao objetivo desta licitação ou de satisfação total ou parcial à obrigação assumida, sujeitam-se os faltosos às penalidades estabelecidas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, garantida, sempre a defesa prévia, recurso e vistas do processo na forma estabelecida pela lei, a saber:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

a) Multa de mora de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do serviço não realizado, conforme o cronograma previamente definido, por atraso injustificado na execução dos serviços, a juízo da Administração;

b) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- ✓ Advertência;
- ✓ Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, a juízo da administração.
- ✓ Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- ✓ Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em caso de falta maior, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo de sanção anteriormente mencionada.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dos serviços contratados será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, na forma do art. 40, inciso, XIV, alínea “a” da Lei nº 8.666/93, **mediante medições dos serviços efetivamente realizados**, obedecendo aos percentuais definidos no cronograma físico- financeiro, contados da data do atesto do fiscal do contrato, aposto nos documentos de cobrança, e conforme liberação da PMC.

21.2. Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

21.3. O contratante pagará a(s) Nota(s) Fiscal (is) / Fatura(s) somente à licitante vencedora, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

21.4. A empresa licitante vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal / Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível: **Concorrência nº 001/2023-SEMED/PMC**, bem como o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

21.5. A Fiscalização da Prefeitura somente atestará a execução dos serviços e liberarão a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

21.6. Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária apresentada neste processo licitatório e aprovada pela Secretaria de Obras do município de Curuçá/PA juntamente com a Comissão de Licitação, não se admitindo em nenhuma hipótese o pagamento de materiais entregues na obra.

21.7. Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes quanto a Certidão Conjunta (CND/INSS/ RFB e PGFN), FGTS e CNDT quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

previdenciários e trabalhistas.

21.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à Prefeitura.

22. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

22.1. O prazo de execução dos serviços será de **180 (cento e oitenta) dias**, contado a partir da data de emissão da ordem de serviço, expedida pela **CONTRATANTE**, e obrigará as partes por todos os seus termos e teor, pelo prazo fixado para execução do objeto, ora contratado, podendo ser o mesmo prorrogado nos termos da lei 8666/93 e alterações vigentes.

22.2. Os serviços, objeto do presente Edital, deverão ser executados de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Projeto, bem como normas pertinentes do Memorial Descritivo, observando o disposto no item 10.12.

23. DA FISCALIZAÇÃO

23.1. Todos os serviços objeto desta licitação serão fiscalizados por servidor da Prefeitura Municipal de Curuçá, através da Secretaria Municipal de Obras devidamente designados para este fim, com autoridade para exercer em nome da Secretaria Municipal de Educação toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

23.2. A Fiscalização poderá determinar, a ônus da empresa licitante vencedora, a substituição dos equipamentos, serviços e materiais julgados deficientes ou não conformes com as especificações definidas em projeto, cabendo à licitante vencedora providenciar a troca dos mesmos no prazo máximo definido pela fiscalização, sem direito à extensão do prazo final de execução dos serviços.

23.3. A licitante vencedora só poderá iniciar a obra após assinatura do respectivo Contrato, conforme **minuta** apresentada no **Anexo XI** deste Edital.

23.4. Compete à fiscalização da obra pela equipe designada pela Prefeitura, entre outras atribuições:

a) Verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas especificadas em caderno de especificações técnicas, memoriais descritivos, plantas e planilhas orçamentárias e adequação dos procedimentos e materiais empregados à qualidade desejada para os serviços, observando o disposto no item 10.12.

b) Ordenar à licitante vencedora corrigir, refazer ou reconstruir as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

23.5. A ação da fiscalização não exonera a licitante vencedora de suas responsabilidades



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====
contratuais.

23.6. Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações constantes do Memorial Descritivo e dos Projetos serão sempre consultadas a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo. A decisão tomada pela Fiscalização deverá ser comunicada à empresa licitante vencedora obrigatoriamente de forma escrita e oficial.

23.7. Na fiscalização serão ainda observadas as demais condições relacionadas na Minuta de Contrato.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1. Executar os serviços de acordo com as especificações e prazos determinados no Projeto, como também de acordo com o cronograma físico financeiro. Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita à mesma multa estabelecida no neste Edital.

24.2. Manter a equipe executora dos serviços convenientemente uniformizada e com identificação, e manter DIARIO DE OBRAS.

24.3. Propiciar o acesso da fiscalização do Município aos locais onde serão realizados os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.

24.3.1. A atuação da comissão fiscalizadora do Município não exime a licitante vencedora de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade e conformidade dos serviços executados.

24.4. Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Projeto, memorial descritivo e planilhas orçamentárias.

24.5. Prestar manutenção da construção, durante o período de garantia, da seguinte forma:

24.5.1. Iniciar o atendimento em no máximo 01 (um) dia útil, contados da comunicação do(s) defeito(s) pela Prefeitura.

24.5.2. Concluir os serviços de manutenção no prazo máximo determinado pela Prefeitura.

24.5.3. Caso o atendimento do chamado e/ou a conclusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita à multa estabelecida no item neste edital.

24.6. Visando à administração da obra, manter 01 (um) engenheiro/arquiteto responsável (período necessário) e 01 (um) encarregado geral, em período integral.

24.7. Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.

24.8. Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização do



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====
Município, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto.

24.9. Fornecer, além dos materiais especificados e mão de obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda.

24.10. Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequada à execução dos serviços e de acordo com as normas de segurança vigentes.

24.11. Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio do Município e de terceiros, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.

24.12. Executar limpeza geral, ao final da execução dos serviços da construção, devendo o espaço ser entregue limpo e em perfeitas condições de ocupação e uso.

24.13. Empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade, que obedeçam às especificações, sob pena de impugnação destes pela fiscalização do Município.

24.14. Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à licitante vencedora, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação.

24.15. Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela Fiscalização do Município como inadequados à execução dos serviços.

24.16. Entregar o local objeto desta licitação limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades. Concluído o objeto contratado, deverá a licitante vencedora comunicar o fato, por escrito, à Fiscalização do Município, para que se possa proceder à vistoria da obra com vistas à sua aceitação provisória. Todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas.

24.17. Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los.

24.18. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas se referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com do Município.

24.19. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

24.20. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação para execução exigida na licitação.

24.21. Outras obrigações constantes da minuta de contrato.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====
24.22. O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

24.22.1. Mesmo os serviços subcontratados pela licitante vencedora serão de sua inteira responsabilidade, cabendo à mesma o direito de ação de regresso perante a empresa contratado para ressarcimento do dano causado.

25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

25.1. A Secretaria Municipal de Educação, após a assinatura do contrato, comprometer-se-á:

25.1.1. Permitir que os funcionários da licitante vencedora possam ter acesso aos locais de execução dos serviços.

25.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

25.1.3. Notificar por escrito à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

25.1.4. Acompanhar e fiscalizar os serviços, efetuando as medições e pagamentos nas condições e preços pactuados.

25.1.5. Promover os pagamentos.

25.1.6. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

25.1.7. Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo da obra, mediante vistoria detalhada realizada pela Comissão de Fiscalização designada pelo Município, nos termos da lei 8.666/93, em seu artigo 73, inciso I.

25.1.8. Outras obrigações definidas na minuta de contrato.

26. DO RECEBIMENTO DA OBRA/SERVIÇOS

26.1. O Serviço será recebido conforme os Projetos, Memorial descritivo, o Contrato e a Proposta da contratada, devidamente aprovados pela Secretaria de Obras do Município de Curuçá/PA.

26.2. O **SERVIÇO** será recebido:

a) **Provisoriamente**, pelo responsável pela fiscalização do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita do licitante contratado;

b) **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a realização do serviço de acordo com o contrato.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====
26.3. O prazo do recebimento definitivo não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos. (§ 3º art. 73 da Lei nº 8.666/93).

26.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do licitante contratado pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

26.5. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

26.6. As demais condições de recebimento encontram-se em cláusula própria na minuta do contrato, que faz parte e integra este Edital.

27. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

27.1. Os serviços inicialmente contratados poderão ter suas quantidades acrescidas ou suprimidas dentro dos limites previstos no parágrafo 1º do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, não podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do parágrafo 2º, inciso II do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1.998.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. São normas a serem observadas na licitação:

28.1.1. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o **LICITANTE** que não fizer até o prazo previsto na Lei Federal nº. 8.666/93 e atualizações posteriores;

28.1.2. Lavrar-se-ão atas das reuniões públicas, que depois de lidas aprovadas, serão assinadas pelos seus membros e pelos representantes dos **LICITANTES** presentes;

28.1.3. Os demais atos licitatórios serão registrados no processo da licitação;

28.1.4. O **LICITANTE** deverá examinar devidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples apresentação da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PRELIMINAR** e da **PROPOSTA COMERCIAL** submete o **LICITANTE** à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor;

28.1.4.1. É vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, salvo a faculdade da CPL/PMC, em qualquer fase da licitação, de promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

28.1.5. O Edital e seus anexos são complementares entre si, mas, no caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus Anexos, prevalecerão às disposições do primeiro;

28.1.6. A **PMC** reserva a si, o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício insanável ou ilegalidade, bem como desqualificar qualquer **LICITANTE** ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

capacidade financeira, técnica ou comercial do **LICITANTE**, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

28.1.7. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta deverá o

LICITANTE, independente de comunicação formal, revalidar, por igual período, sua proposta comercial, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório;

28.1.8. A **PMC** poderá cancelar ou anular o certame, independentemente de notificação ou interposição judicial ou extrajudicial;

28.1.9. Este Edital de Licitação e a Proposta Comercial do **LICITANTE** adjudicado farão parte integrante do Contrato a ser lavrado, independente da transcrição;

28.1.10. O foro competente para dirimir qualquer dúvida oriunda do entendimento deste Edital e seus anexos, ou ainda, para exigir o seu cumprimento é o da Justiça Estadual, da Comarca de Curuçá, estado do Pará.

28.1.11. As empresas licitantes deverão obrigatoriamente possuir **Certificado Digital (assinatura com validade jurídica que garante proteção as transações eletrônicas e outros serviços via internet) permitindo que as mesmas assinem digitalmente o contrato, caso saiam vencedoras do certame (Resolução nº. 11.536/TCM/PA).**

28.1.12. Recomendam-se as empresas que **retirarem o Edital via online (Portal do TCM – GEO OBRAS), site da Prefeitura Municipal de Curuçá www.curuca.pa.gov.br** que enviem para o e-mail do Departamento de Licitação/PMC **cplcuruca2013@yahoo.com.br**, o **Recibo de Retirada de Edital** conforme o **Anexo XIII** deste Edital no prazo de até o ultimo dia útil que antecede a abertura do certame.

28.1.13. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I – Projetos;

Anexo II – Memorial Descritivo e Especificações Técnicas;

Anexo III - Planilha Orçamentária;

Anexo IV – Declaração de Composição de Preços Unitário (**SINAPI/CAIXA, OUTUBRO de 2022 E SEDOP SETEMBRO/2022**);

Anexo V – Cronograma Físico Financeiro;

Anexo VI– Composição do BDI;

Anexo VII - Modelo de Apresentação de Proposta;

Anexo VIII – Modelo de Declaração;

Anexo IX – Modelo de Declaração de ME ou EPP;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- Anexo X** – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
Anexo XI – Minuta de Contrato;
Anexo XII – Declaração de visita ao local da obra;
Anexo XIII – Comprovante de Retirada de Edital;
Anexo XIV – Modelo de Carta de Credenciamento.

Curuçá/PA, 19 de Janeiro de 2023.

Rui Guilherme de Araújo Silva
Chefe do Departamento de Licitações e Contratos



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

ANEXO VII
(MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS)

(em papel timbrado da empresa)

Á

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ

Ref.: Edital de Concorrência n.º XXX/2023- SEMED/PMC

Att.: Comissão Permanente de Licitação

Prezado (a) senhor (a)

A empresa _____, com sede na cidade de _____, sito à _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representado por seu representante legal o (a) Senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____ apresenta proposta Financeira para **Contratação de empresa para as REFORMAS E AMPLIAÇÕES DE 10 (DEZ) escolas municipais de educação infantil, no município de Curuçá, Estado do Pará**, sob forma de empreitada global, com fornecimento de mão de obra, nas seguintes condições:

- a) O **preço proposto** é de R\$ _____ (em algarismo e por extenso).
- b) O **prazo de validade da proposta**: não inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura desta licitação.
- c) **Prazo de início da obra**: imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço.
- d) **Prazo de conclusão da obra**: _____ (____) meses após a emissão da Ordem de Serviço.
- e) **Condições de Pagamento**: O pagamento será efetuado pelo Departamento Financeiro da Prefeitura, em conta bancária, após a realização do serviço e fornecimento dos materiais, de acordo com o cronograma físico-financeiro, mediante medição e laudo emitido pelo fiscal do contrato.
- f) **Declaramos** para os devidos fins que nos responsabilizamos pela execução da obra e/ou serviço e pela fiel observância dos projetos e das especificações técnicas, bem como pelo cumprimento dos prazos estabelecidos, em relação ao objeto do Edital de **Concorrência n.º XXX/2023- SEMED/PMC**.
- g) Na execução das obras observaremos, rigorosamente, as especificações das Normas Técnicas Brasileiras, ou similares que permitam a obtenção de igual qualidade, bem como as recomendações e instruções da FISCALIZAÇÃO assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as Especificações, Normas e Padrões estabelecidos.
- h) **Representante legal da empresa**: nome completo, nacionalidade, estado civil, profissão, n.º do CPF, n.º da cédula de identidade, endereço residencial.

Local, de de 2023.

Assinatura do representante legal da empresa

Assinatura do Responsável Técnico



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO

(em papel timbrado da empresa)

Á

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ

Ref.: Edital de Concorrência n.º. XXX/2023- SEMED/PMC

Att.: Comissão Permanente de Licitação

_____ (Nome da Empresa) _____, CNPJ N.º. _____, sediada na _____, n.º. _____, _____ (Bairro) _____, CEP _____, Município _____, por seu representante legal abaixo assinado, **em cumprimento aos requisitos solicitado no Edital da Concorrência n.º. XXX/2023-SEMED/PMC, DECLARA**, sob as penas da lei, que:

1. Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;
2. **DECLARA** para os devidos fins que **não** possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de deficiência de acordo com o disposto no art. 28, §6º da Constituição do Estado do Pará (EC n.º 0042/2008, publicada em 11.06.2008), em função de **possuir menos de 20 (vinte) funcionários** em seu quadro de pessoal.
3. Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Municipal/Legislativo exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar n.º 04/90),
4. Inexistência de fato superveniente impeditiva da habilitação, nos termos do art. 32, § 2º da Lei n.º 8.666/93, sendo o caso.
5. Que possui estrutura e condições para executar as obras e os serviços ora licitados, em conformidade com os prazos e exigências do Edital e seus anexos e que os executará de acordo com as especificações técnicas constantes dos anexos deste Edital e demais normas técnicas da ABNT, às quais alocará todos os equipamentos, pessoal e materiais necessários, e que tomará todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado e prevenir e mitigar o impacto sobre o meio ambiente, sobre os usuários e os moradores vizinhos.
6. Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art.27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei n.º 9.854/1999.
7. Que se compromete a dispor, para emprego imediato, dos equipamentos necessários e relacionados no projeto, e que o mesmo encontra-se em condições adequadas de utilização;
8. Que a qualquer momento e por necessidade na execução das obras e serviços fará a alocação de qualquer tipo de equipamento compatível com a natureza dos serviços a serem executados por solicitação da **SEMED**, sem ônus de mobilização para este, ainda que, não previsto, em prazo compatível com a necessidade que motivou a solicitação;
9. Que executará as obras e serviços de acordo com cronograma físico-financeiro aprovado;
10. Que se compromete a estar instalado e pronto para a execução das obras no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço, sob pena da configuração da hipótese disposta no inciso IV do art. 78 da Lei 8666/93;
11. Que reconhece o direito da Administração Pública paralisar ou suspender a execução dos serviços na forma

=====

Prefeitura Municipal de Curuçá

Praça Coronel Horácio, n.º. 70 - Curuçá - PA, CEP: 68.750 - 000.

CNPJ: 05.171.939/0001-32



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

da Lei.

12. Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

Local e data:

Nome Completo do Proprietário ou Representante Legal da empresa

CARIMBO CNPJ da empresa



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

ANEXO IX

DECLARAÇÃO

(em papel timbrado da empresa)

TERMO DE OPÇÃO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

.....(nome / razão social)....., inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador da Carteira de Identidade n.ºe do CPF n.º, na Sessão Pública de Licitação, na forma CONCORRÊNCIA n.º **XXX/2023- SEMED/PMC**

OPTA pelo tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar 123, de 15 de dezembro de 2006, nos termos do art. 3.º, estando apta a usufruir do tratamento ali previsto e **DECLARA** ser: () Microempresa () Empresa de Pequeno Porte e não possuir nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida lei.

() **DECLARO**, sob as penas da Lei, que nossa empresa não está enquadrada no tratamento favorecido às ME/EPP.

DECLARO ainda ter ciência que “A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93”.

Local e data:

Nome Completo do Proprietário ou Representante Legal da empresa

CARIMBO CNPJ da empresa



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

ANEXO X

DECLARAÇÃO

(em papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

CONCORRÊNCIA Nº XXX/2023- SEMED/PMC

(Nome do Representante), RG n.º _____-SSP/____, CPF n.º _____, como representante devidamente constituído de **(Nome da Empresa)** doravante denominado Licitante, **declara**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da **Concorrência n.º. XXX/2023- SEMED/PMC**, foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da **Concorrência n.º. XXX/2023- SEMED/PMC**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da **Concorrência n.º. XXX/2023- SEMED/PMC** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da **Concorrência n.º. XXX/2023- SEMED/PMC**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da **Concorrência n.º. XXX/2023- SEMED/PMC** quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da **Concorrência n.º. XXX/2023- SEMED/PMC** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da **Concorrência n.º. XXX/2023- SEMED/PMC** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da **Concorrência n.º. XXX/2023- SEMED/PMC** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Comissão Permanente de Licitação antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data:

Nome Completo do Proprietário ou Representante Legal da empresa
CARIMBO CNPJ da empresa

=====

Prefeitura Municipal de Curuçá

Praça Coronel Horácio, n.º. 70 - Curuçá - PA, CEP: 68.750 - 000.
CNPJ: 05.171.939/0001-32



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

ANEXO XI

MINUTA DO CONTRATO

CONCORRÊNCIA n.º. XXX/2023- SEMED/PMC

**CONTRATO N.º...../2023- SEMED/PMC /PMC QUE
ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL
DE CURUÇÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA
....., CONFORME ABAIXO SE
DECLARA.**

O **MUNICÍPIO DE CURUÇÁ**, sediada na Praça Cel. Horácio, n.º. 70, Bairro Centro, em Curuçá, neste Estado, CNPJ N.º 05.171.939/0001-32, CEP: 68.750-000 neste ato representado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** representado pelo seu Secretário o Sr. **DEUSDETE ATAÍDE DE MIRANDA JUNIOR**, Portador do RG N. 4393011 SSP/PA e do CPF N. 700.618.742-72; doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e a Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ/MF N.º xxxxxxxxxxxx, estabelecida à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Município de xxxxxxxxxxxxxxxx, Estado xxxxxxxxxxxx, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo (a) Senhor (a) xxxxxxxxxxxx, brasileiro (a), RG N.º xxxxxx, CPF N.º xxxxxxxxxxxxxxxx, conforme o constante e decidido no processo administrativo n.º. _____, referente à **Concorrência n.º. XXX/2023- SEMED/PMC**, em observância às disposições da Lei n.º. 8.666/93 firmam o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme disposto no projetos, planilha de orçamento, Memorial Descritivo e demais documentos, que passam a integrar o presente documento independentemente de transcrição ou traslado, nos termos da **Concorrência n.º. XXX/2023- SEMED/PMC**, devidamente homologada e adjudicada à contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

2.1. Fazem parte do presente termo, o Edital da **Concorrência n.º. XXX/2023- SEMED/PMC**, seus Anexos, Proposta Comercial da **CONTRATADA**, planilhas de preços e cronograma físico-financeiro.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

3.1. Todos os serviços objeto desta licitação serão fiscalizados por servidor da Prefeitura Municipal de Curuçá, através da Secretaria Municipal de Obras devidamente designados para este fim, com autoridade para exercer em nome da Prefeitura toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

3.2. A Fiscalização poderá determinar, a ônus da empresa licitante vencedora, a substituição dos equipamentos, serviços e materiais julgados deficientes ou não conformes com as especificações



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====
definidas em projeto, cabendo à licitante vencedora providenciar a troca dos mesmos no prazo máximo definido pela fiscalização, sem direito à extensão do prazo final de execução dos serviços.

3.3. A licitante vencedora só poderá iniciar a obra após assinatura do respectivo Contrato.

3.4. Compete à fiscalização da obra pela equipe designada pela Prefeitura, entre outras atribuições:

a) Verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas especificadas em caderno de especificações técnicas, memoriais descritivos, plantas e planilhas orçamentárias e adequação dos procedimentos e materiais empregados à qualidade desejada para os serviços.

b) Ordenar à licitante vencedora corrigir, refazer ou reconstruir as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

3.5. A ação da fiscalização não exonera a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

3.6. Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações constantes do Memorial Descritivo e do Projeto Executivo será sempre consultada a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo. A decisão tomada pela Fiscalização deverá ser comunicada à empresa licitante vencedora obrigatoriamente de forma escrita e oficial.

3.7. Na fiscalização serão ainda observadas as demais condições relacionadas na Minuta de Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 O prazo de vigência contratual será até _____, contados da data de sua assinatura, e obrigará as partes por todos os seus termos e teor, podendo ser o mesmo prorrogado de acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993e suas alterações vigentes.

4.2. O prazo de execução do objeto é de _____ e será iniciada a partir da entrega da Ordem de Serviço, cujas etapas observarão o cronograma fixado no Memorial Descritivo.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

5.1. O CONTRATANTE pagara a CONTRATADA o valor global de R\$ _____ (_____);

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor do contrato é fixo e irredutível.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos serviços contratados será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, na forma do art. 40, inciso, XIV, alínea “a” da Lei nº 8.666/93, mediante medições dos serviços efetivamente realizados, obedecendo aos percentuais definidos no cronograma físico- financeiro, contados da data



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====
Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00 Obras e instalações

Subelemento: 4.4.90.51.99 outras obras e instalações.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES

8.1. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente Contrato, dentro dos limites previstos o § 1º do Art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. A **CONTRATADA** poderá, no todo ou em parte, subcontratar ou sub-rogar suas obrigações ou ceder a terceiros o presente contrato, com prévia autorização por escrito da Secretaria Municipal de Educação de Curuçá/PA, obedecendo todos os critérios da Lei nº. 8.666/93 e seus complementos, e ainda, subsidiariamente as normas de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. A Prefeitura, após a assinatura do contrato, comprometer-se-á:

10.1.1. Permitir que os funcionários da licitante vencedora possam ter acesso aos locais de execução dos serviços.

10.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n.º8.666/93.

10.1.3. Notificar por escrito à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar os serviços, efetuando as medições e pagamentos nas condições e preços pactuados.

10.1.5. Promover os pagamentos.

10.1.6. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

10.1.7. Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo da obra, mediante vistoria detalhada realizada pela Comissão de Fiscalização designada pelo Município, nos termos da lei 8.666/93, em seu artigo 73, inciso I.

Outras obrigações definidas na minuta de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços de acordo com as especificações e prazos determinados no Memorial descritivo e termo de referência, como também de acordo com o cronograma físico financeiro. Caso



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====
esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita à mesma multa estabelecida no neste Edital.

11.2. Manter a equipe executora dos serviços convenientemente uniformizada e com identificação, e manter DIARIO DE OBRAS.

11.3. Propiciar o acesso da fiscalização do Município aos locais onde serão realizados os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.

11.3.1. A atuação da comissão fiscalizadora do Município não exime a licitante vencedora de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade e conformidade dos serviços executados.

11.4. Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Projeto (memoriais descritivos, caderno de especificações técnicas e planilhas orçamentárias).

11.5. Prestar manutenção da construção, durante o período de garantia, da seguinte forma:

11.5.1. Iniciar o atendimento em no máximo 01 (um) dia útil, contados da comunicação do(s) defeito(s) pela Prefeitura.

11.5.2. Concluir os serviços de manutenção no prazo máximo determinado pela Prefeitura.

11.5.3. Caso o atendimento do chamado e/ou a conclusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita à multa estabelecida no item neste edital.

11.6. Visando à administração da obra, manter 01 (um) engenheiro/arquiteto responsável (período necessário) e 01 (um) encarregado geral, em período integral.

11.7. Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.

11.8. Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização do Município, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto.

11.9. Fornecer, além dos materiais especificados e mão de obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda.

11.10. Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequada à execução dos serviços e de acordo com as normas de segurança vigentes.

11.11. Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio do Município e de terceiros, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.

11.12. Executar limpeza geral, ao final da execução dos serviços da construção, devendo o espaço ser entregue limpo e em perfeitas condições de ocupação e uso.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

11.13. Empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade, que obedeçam às especificações, sob pena de impugnação destes pela fiscalização do Município.

11.14. Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à licitante vencedora, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação.

11.15. Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela Fiscalização do Município como inadequados à execução dos serviços.

11.16. Entregar o local objeto desta licitação limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades. Concluído o objeto contratado, deverá a licitante vencedora comunicar o fato, por escrito, à Fiscalização do Município, para que se possa proceder à vistoria da obra com vistas à sua aceitação provisória. Todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas.

11.17. Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los.

11.18. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas se referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com do Município.

11.19. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

11.20. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação para execução exigida na licitação.

11.21. Outras obrigações constantes da minuta de contrato.

11.22. O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

11.23. Mesmo os serviços subcontratados pela licitante vencedora serão de sua inteira responsabilidade, cabendo à mesma o direito de ação de regresso perante a empresa contratado para ressarcimento do dano causado.

11.24. Apresentar no ato da assinatura do contrato a **Certidão atualizada de Quitação da empresa e do Responsável Técnico pela execução da obra no CREA- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.**

11.25. **Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, registrada no CREA, conforme art. 3º da Resolução nº 1.025/09 do CONFEA.**

=====



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. Os atos praticados por licitantes ou contratados, contrários ao objetivo desta licitação ou de satisfação total ou parcial à obrigação assumida, sujeitam-se os faltosos às penalidades estabelecidas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, garantida, sempre a defesa prévia, recurso e vistas do processo na forma estabelecida pela lei, a saber:

- a)* Multa de mora de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do serviço não realizado, conforme o cronograma previamente definido, por atraso injustificado na execução dos serviços, a juízo da Administração;
- b)* Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- ✓ Advertência;
- ✓ Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, a juízo da administração.
- ✓ Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- ✓ Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em caso de falta maior, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo de sanção anteriormente mencionada.

=====

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. A rescisão das obrigações decorrentes da presente licitação se processará de acordo com o que estabelece a Seção V, Cap. III, da Lei nº 8666/93.

=====

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

14.1. O presente instrumento de **CONTRATO** poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com os casos previstos no capítulo III, Seção III - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS, da Lei n.º 8.666/93.

=====

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ENCARGOS CONTRATUAIS

15.1. A **CONTRATADA** é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidentes de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA**, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

Parágrafo Segundo - À **CONTRATADA** caberão as despesas peculiares às empreitadas globais, notadamente serviços gerais, transporte horizontal e vertical, mão de obra e materiais, inclusive para



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====
instalações provisórias, e todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes, bem como as relativas aos registros junto ao CREA. Cabe ainda à Contratada, por todo o período de execução das obras, manter os seguros que por Lei se tornar exigíveis.

Parágrafo Terceiro – Por se tratar de empreitada por preço global, os preços contratados constituirão a única e completa remuneração pelos serviços contratados no período estabelecido, estando incluídos nos mesmos os custos com os encargos relacionados no parágrafo anterior ou quaisquer outras despesas adicionais. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos mesmos não transfere a **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO AMPARO LEGAL E REGIME DE EXECUÇÃO

16.1. O presente instrumento tem sua origem no processo licitatório **Concorrência nº XXX/2023-SEMED/PMC**, do tipo menor preço global, disciplinado pela Lei 8666/93 e alterações posteriores, e o regime de execução será indireto.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1. O **SERVIÇO** será recebido:

a) Provisoriamente, pelo responsável pela fiscalização do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita do licitante contratado;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a realização do serviço de acordo com o contrato.

17.2. O prazo do recebimento definitivo não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos. (§ 3º art. 73 da Lei nº 8.666/93).

17.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do licitante contratado pela solidez e segurança do serviço, nem ético–profissional pela perfeita execução do contrato.

17.4. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

17.5. As demais condições de recebimento encontram–se em cláusula própria na minuta do contrato, que faz parte e integra este Edital.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

18.1. É de total responsabilidade da contratada a garantia da segurança durante a execução dos serviços, no que diz respeito aos equipamentos de proteção individual para os profissionais que atuarão na obra, bem como em relação aos riscos existentes para os técnicos da Prefeitura. Da mesma



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====
forma é de total responsabilidade da contratada a recuperação de toda e qualquer parte do edifício e/ou elementos integrados que venham a sofrer qualquer tipo de dano durante a execução do serviço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

19.1. Qualquer atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos ou infrações às disposições deste contrato pela **CONTRATADA**, somente serão considerados como excludentes de responsabilidade e multas contratuais se resultarem de caso fortuito ou de força maior, desde que atinjam direta e comprovadamente o objeto do presente contrato;

19.2. A **CONTRATADA** deverá comunicar por escrito e comprovar qualquer evento de caso fortuito ou de força maior, no prazo de 10 (dez) dias de sua ocorrência, sob pena de decair do direito de invocar o disposto no item 19.1;

19.3. Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, como tal reconhecido pela **CONTRATANTE**, será concedida prorrogação nos prazos contratuais, a ser acordada entre as partes, para o restabelecimento das condições normais de execução, desde que cumprida a formalidade do item anterior.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS

20.1. Este Contrato regula-se pela Lei nº 8.666/93, pelas suas Cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral de contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1. A publicação resumida deste instrumento no Diário Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO A LICITAÇÃO

22.1. O presente contrato está vinculado à licitação na modalidade **Concorrência nº XXX/2023-SEMED/PMC**, integrante do **Processo Administrativo nº. _____-SEMED/PMC**.

Parágrafo Único: A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

23.1. O presente contrato administrativo é regulado pela Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações posteriores, aplicando-se suplementarmente normas de direito privado, no que couber.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

=====

24.1. A **CONTRATADA** na vigência do contrato será a única responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso de material, não respondendo a **CONTRATANTE** em hipótese alguma, por ressarcimentos e indenizações, seja a que título for. Serão também da inteira responsabilidade da **CONTRATADA** todos os seguros necessários inclusive os relativos à garantia financeira para aquisição de equipamentos, à responsabilidade civil e no ressarcimento eventual de todos os danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros.

24.2. Independentemente da rescisão contratual a **CONTRATANTE** poderá assumir direta ou indiretamente a execução dos serviços na hipótese de a **CONTRATADA** não conseguir deter movimento grevista que paralise a execução dos serviços. Todas as despesas havidas para dar continuidade dos serviços serão de responsabilidade única e correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

24.3. A **CONTRATANTE** se reserva o direito de executar para ela mesma ou através de outras empresas contratadas nas áreas e locais elencados neste contrato, obras e serviços distintos dos abrangidos no presente contrato;

24.4. Quando o contrato for alterado, ou quando tiver seus preços reajustados, a garantia deverá ser reforçada em idênticas proporções.

=====

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO

=====

25.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca da Cidade de Curuçá, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes deste contrato e de sua execução.

E por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Curuçá/PA, de de 2023.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- _____

Nome:

RG:

2- _____

Nome:

RG



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DA OBRA

(FORNECIDO PELA PMC)

PROCESSO N°. XXX/2023-SEMED- PMC

CONCORRÊNCIA n° XXX/2023-SEMED- PMC

DECLARO, para os devidos fins que eu, _____, na qualidade de Responsável Técnico da empresa _____, CNPJ N°. _____, telefone (xx) _____, portador da carteira do CREA/CAU N°. _____, efetuei a visita técnica referente ao objeto da licitação acima mencionada, do qual dou plena ciência das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos. Declaro ainda que as informações fornecidas são necessárias e suficientes para elaboração da proposta de preços para o presente certame licitatório.

_____, de _____ de 2023.

(nome completo do declarante, n°. ____ CREA/CAU e assinatura)

Curuçá/PA, ____/____/____

VISTO DO TÉCNICO DA PMC



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

ANEXO XIII

CONCORRÊNCIA n° XXX/2023-SEMED/PMC

COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL ONLINE

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____

CNPJ: _____

FONE (____) _____ E-MAIL _____

OBJETO: Contratação de empresa para as REFORMAS E AMPLIAÇÕES DE 10 (DEZ) escolas municipais de educação infantil, no município de Curuçá, Estado do Pará, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo – ANEXO II, que é parte integrante deste Edital.

Obtivemos da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Curuçá, nesta data, cópia do instrumento convocatório e todos os seus anexos da **CONCORRÊNCIA** acima identificado.

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e interessado (a), solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo no prazo de até 24 horas que anteceda a abertura do certame acompanhado do Cartão de CNPJ ao Setor de Licitações, localizada Praça Coronel Horácio n°. 70, Bairro Centro, CEP: 68.750-000 na cidade de Curuçá/PA, estado do Pará, (91) 3722-1139, ou pelo e-mail: cplcuruca2013@yahoo.com.br

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Curuçá, Estado do Pará, da responsabilidade da comunicação, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

_____, ____ de _____ de 2023.

Nome por Extenso:

RG:

CPF:

Função:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

=====

ANEXO XIV

(Papel timbrado da licitante)

(MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO)

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
Ref.: Edital da Concorrência n°. XXX/2023-SEMED/PMC

Indicamos o (a) Senhor (a) _____, portador da cédula de identidade n°. _____, Órgão expedidor _____, como nosso representante legal na Licitação em referência, podendo rubricar a documentação de **HABILITAÇÃO** e das **PROPOSTAS**, manifestar, dar lances, prestar todos os esclarecimentos a nossa Proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento.

Local e data:

Atenciosamente;

Nome Completo do Proprietário ou Representante Legal da empresa

CARIMBO CNPJ da empresa

(com firma reconhecida em cartório)